

MILITARES DE ESQUERDA E O REGIME MILITAR: “MARECHAL DA LEGALIDADE” NA DEFESA DA DEMOCRACIA

IZQUIERDA MILITAR Y EL RÉGIMEN MILITAR: “EL MARISCAL DE LA LEGALIDAD” EN DEFENSA DE LA DEMOCRACIA

Karla Guilherme Carloni²³⁴

Resumo: O artigo apresenta a atuação política do marechal Henrique Teixeira Lott, o “Marechal da Legalidade”, durante a crise política de 1961 e o Regime Militar. A trajetória do ex-ministro da Guerra de Juscelino Kubitschek representa a existência de uma importante identidade formulada no meio militar antes do Golpe Civil-Militar de 1964. Destoante do autoritarismo e do pensamento liberal, a esquerda militar foi composta por grupos de orientação ideológica heterogênea, porém, reunidos em torno do ideal de um país econômica e politicamente emancipado e de um governo promotor da igualdade social. Para muitos desses militares, que foram sistematicamente perseguidos pelos chefes militares de 1964, o único caminho para a conquista dos seus ideais era a legalidade democrática.

Palavras-chaves: Marechal Lott – nacionalismo – esquerda militar – democracia

Resumen: El texto se propone analizar la carrera política de marechal Henrique Teixeira Lott durante la crisis política de 1961 y el Régimen Military. La trayectoria del ex-ministro de la Guerra de Juscelino Kubitschek representa la existencia de una importante identidad formulada en las Fuerzas Armadas antes del golpe civil militar de 1964. La izquierda militar estaba compuesta por grupos de diferentes orientación ideológicas, sin embargo, en torno a los ideales de un país económica y políticamente independiente y un gobierno promotor de la igualdad social. Para muchos de estos militares, que fueron perseguidos por los líderes militares de 1964, la única forma de que la conquista de su ideal era la legalidad democrática.

INTRODUÇÃO

Utilizando como fio condutor aspectos biográficos de um personagem central no conturbado cenário político brasileiro após o trágico fim do Segundo Governo Vargas (1951-1954), o presente artigo busca oferecer subsídios para compreensão da atuação dos militares na política brasileira no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 e durante o próprio regime autoritário.

Através da trajetória política do marechal Henrique Teixeira Lott serão especialmente analisados a Crise da Legalidade em 1961 e momentos do Regime Militar nos quais o ex-ministro da Guerra voltou-se contra o autoritarismo dos seus irmãos de farda. A luta democrática e nacionalista de Lott em defesa da

²³⁴ Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

legalidade constitucional ajuda a compreender a presença de uma importante tradição de esquerda no interior das Forças Armadas e desconstruir a memória, que prevalece na sociedade e em parte da historiografia brasileira, que insiste em classificar de forma generalizada os militares brasileiros em permanente oposição aos direitos sociais e a democracia.

Ao longo do século XX as Forças Armadas brasileiras, principalmente o Exército, abrigou grupos, mais ou menos radicais, defensores de ideias de igualdade social e soberania política e econômica da nação. Os exemplos são vários: os positivistas do início da República; os tenentes da década de 1920; as revoltas de 1935 no Rio de Janeiro, Recife e Natal; o engajamento do Clube Militar na campanha “O Petróleo é nosso” no final da década de 1940; a mobilização dos sargentos na revolta de 1963; a identidade nacionalista de esquerda nas décadas de 1950 e 1960; e, por fim, aqueles que decidiram pegar em armas contra o Regime Militar. Para uma reflexão abrangente a respeito da esquerda militar no Brasil indico a leitura, principalmente, de Nelson Werneck Sodré, João Quartim de Moraes e Paulo Ribeiro da Cunha.²³⁵

É fato que nos quartéis, durante as décadas de 1950 e 1960, havia uma tradição política de esquerda entre grupos de oficiais e praças que conflitava com aspirações autoritárias daqueles que ocuparam o poder durante os longos 21 anos do Regime Militar. Considerados vencidos, muitos desses militares foram silenciados pela força e pelo esquecimento social. De acordo com pesquisa do *Brasil Nunca Mais*, a maior parte dos inquéritos policiais militares abertos durante o Regime Militar recaíram sobre homens das próprias Forças Armadas, dando origem a perseguições e a expurgos.²³⁶

Atualmente a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), criada em agosto de 1983, reúne militares, policiais militares e bombeiros que buscam reparação pelas cassações políticas realizadas durante o Regime Militar e lutam, dentre outras coisas, pelo esclarecimento e condenação dos crimes contra os Direitos Humanos praticados pelas Forças Armadas durante o período 1964-1985. A organização define entre os seus principais objetivos:

- 1 – congregar militares das três forças armadas, policiais militares e corpo de bombeiros que aspirem à plena democracia do país;

²³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância. Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: UNESP, 2014.

²³⁶ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 18ª Ed.

2 – lutar pela preservação do patrimônio nacional representado por seu território, suas riquezas, sua cultura e pela redenção do homem brasileiro;

3 – promover a defesa dos direitos dos associados nas esferas executiva, legislativa e judiciária e dos militares – Anistiando e Anistiados – punidos com fundamento nos Atos Institucionais e complementares ou outros diplomas legais.²³⁷

Na esteira dos diversos eventos acadêmicos e políticos produzidos durante a comemoração dos 50 anos do golpe, o documentário *Militares pela Democracia* do cineasta Silvio Tendler, lançado no dia 1º de abril de 2014, é importante contribuição para o registro da história, das memórias e das trajetórias desses militares que de diferentes formas se opuseram ao autoritarismo. O diretor nos brinda com significativos e emocionantes relatos de militares, suas esposas, filhos e netos. Nas falas desses personagens relegados ao esquecimento estão presentes os ideais da luta política e a descrição da dura realidade das cassações, das prisões, das torturas e, por fim, da luta pela anistia.²³⁸

O MARECHAL E AS ESQUERDAS

O mineiro Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott (1894-1984) se destacou na política nacional como líder do contragolpe militar que em 11 de novembro de 1955 garantiu a posse de Juscelino Kubistchek e João Goulart, respectivamente na presidência e vice-presidência da República. O então ministro da Guerra assegurou a manutenção da legalidade democrática que naquele momento era novamente ameaçada pelas aspirações golpistas da direita civil e militar. Foi ministro da Guerra durante o governo de JK e candidato a presidência da República em 1960 pelo Partido Social Democrático (PSD). Durante a sua trajetória política e militar teve o seu nome associado a defesa do nacionalismo e da legalidade democrática.

Após o episódio de 11 de novembro de 1955 as esquerdas identificaram em Henrique Lott aquele que poderia unir militares e civis em nome das aspirações nacionalistas e da defesa da democracia. A

²³⁷ Disponível em: <http://www.militarpos64.com.br/sitev2/?p=45> Acesso: 15/09/2014. Atualmente o acervo da associação está sob a guarda do Centro de Documentação e Memória da UNESP. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/41/acervo-da-adnam---associacao-democratica-e-nacionalista-de-militares/> Acesso: 15/09/2014.

²³⁸ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/militares-da-democracia> Acesso: 20/09/2014.

aliança, contudo, gerou entre os setores conservadores das Forças Armadas e da sociedade civil verdadeira ojeriza ao marechal e aos que transitavam em sua órbita. Nesse sentido, as memórias a respeito dos diferentes momentos da atuação pública do ex-ministro da Guerra e a sua participação em importantes episódios da história republicana brasileira são contraditórias: líder, salvador, nacionalista, golpista, legalista, inocente útil, comunista, conservador, traidor...²³⁹

A atmosfera política do período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 foi marcada por diferentes posturas entre os segmentos militares a respeito da realidade brasileira. Nos quartéis a recepção dos ideais das esquerdas levou a construção de uma identidade política alternativa ao padrão conservador estabelecido pela hierarquia militar. Desafiando a postura conservadora predominante na Marinha, na Aeronáutica e no Exército, grupos de oficiais e praças se posicionaram política e ideologicamente diante dos principais temas da agenda nacional da época e, aliados partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB), e organizações como sindicatos, a União Nacional de Estudantes (UNE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), defenderam um projeto de desenvolvimento econômico comprometido com a ampliação dos direitos sociais e com a autonomia da nação.

Nesse contexto, sobretudo trabalhistas e comunistas acreditavam ser o marechal naquele momento a melhor opção por unir militares e civis na defesa dos ideais do nacionalismo popular. Após a saída do Ministério da Guerra, em 1960, para poder concorrer nas eleições daquele ano à presidência da República pela legenda do PSD (Partido Social Democrático), o marechal fez da imprensa um importante meio de combate às aspirações autoritárias dos setores conservadores. Mesmo após o golpe o ex-ministro não se calou e se tornou importante bastião da oposição democrática.

A CRISE DE 1961

Após a derrota nas urnas para Jânio Quadros da UDN (União Democrática Nacional) na disputa pela presidência da República em 1960, o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato pela coligação PSD e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), recolheu-se em sua casa em Teresópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro. A dedicação às plantas e à leitura, porém, não o afastou dos assuntos da política.

²³⁹ Para reflexão mais aprofundada da trajetória político militar do marechal e esquerda militar no Brasil: CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2012; CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Uma biografia política*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2014.

Símbolo da legalidade militar, Lott, durante as crises políticas da República que se seguiram após a vitória de Jânio Quadros foi lembrado pelas esquerdas como importante fiador da democracia. Destoando da grande maioria dos seus colegas de farda, o ex-ministro da Guerra tinha grande prestígio entre petebistas, comunistas, estudantes, sindicalistas, oficiais e praças das Forças Armadas identificados com as ideias nacionalistas que defendiam, sobretudo, uma sociedade mais igualitária e democrática

Com exceção do Movimento de 11 de Novembro de 1955, a postura firmada pelo marechal durante a Crise da Legalidade, em 1961, pode ser considerada a mais dramática de sua atuação política. Em agosto deste ano, o seu antigo adversário nas eleições, Jânio Quadros, renunciou à presidência da República. Constitucionalmente, o cargo de chefe da nação deveria ser ocupado pelo vice-presidente, na época, João Goulart, que era associado aos “perigos do comunismo” pelos setores mais conservadores da sociedade. No momento da renúncia, Jango se encontrava fora do país e sofreu sérias resistências por parte dos ministros militares para conseguir retornar e tomar posse como presidente. O regime Parlamentarista foi implantado como solução momentânea para o impasse.²⁴⁰

Lott, na Reserva, assistia à subversão de tudo que lutara durante os cinco anos como ministro da Guerra. Os militares intervinham diretamente no poder, atropelando a Constituição e a democracia. Indignado, o marechal acionou antigos aliados. Primeiro, tentou demover, sem sucesso, o então ministro da Guerra e importante liderança do Movimento 11 de Novembro, marechal Odylio Denys, da intenção de impedir a posse de Jango. Diante da negativa e sem o controle de tropas, restou ao ex-ministro e aos poucos que permaneceram ao seu lado a opinião pública. Em 29 de agosto de 1961 a imprensa noticiou uma declaração do marechal em defesa da posse de João Goulart e repudiando a ação dos ministros militares:

Tomei conhecimento nesta data, da decisão do senhor ministro da Guerra, marechal Odylio Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo, no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e às suas instituições democráticas e constitucionais. E por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no

²⁴⁰ A respeito de João Goulart e a Crise da Legalidade ver: FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria.²⁴¹

A declaração causou profundo descontentamento entre os chefes militares. O Departamento Estadual de Segurança Pública censurou os jornais e emissoras que tentaram tornar público o manifesto. E, por ordem do ministro Odílio Denys, Lott e os seus poucos aliados receberam ordem de prisão.

Além do passado em comum, Denys, ocupava o Ministério da Guerra por conta da “Lei Denys”, assinada por Lott em 1960 quando deixou o ministério rumo à disputa presidencial. A lei garantiu a manutenção de Denys nos quadros da ativa do Exército, mesmo após a sua promoção ao marechalato, posto para qual eram promovidos os generais quando iam para a reserva. Foi a forma encontrada para assegurar o marechal Denys na pasta. Na época a situação fora prontamente aprovada por JK, então presidente da República, que juntamente a Lott entendia a mediada como forma de garantir a continuidade da então política ministerial – importante sustentáculo do governo JK.

Na época o destacado oficial nacionalista Nelson Werneck Sodré publicou um artigo no jornal carioca *Última Hora* levantando dúvidas a respeito de Denys e denunciando suas ações repressivas contra militares tidos como esquerdistas e antigos aliados de Lott:

PACIFICAÇÃO MILITAR OU PROBLEMA MILITAR

Há uma parte inquietante nos relatórios encaminhados ao Presidente da República [elaborado por Armando Falcão] (...) os atritos entre as correntes militares estariam contribuindo para a criação de um perigoso clima de tensão, contra todas as expectativas. A substituição de comandos tidos como chaves ou importantes, dos quais estão sendo afastados oficiais intimamente ligados ao ex-ministro da Guerra, hoje candidato a presidência da República, e preenchido por homens notoriamente vinculados ao grupo 24 de agosto, em nome da pacificação militar estaria determinando um clima de insatisfação. (...).

O sr. Armando Falcão afirma ter ouvido essas queixas e o que o seu trabalho foi exatamente o de convencer os queixosos que a orientação do marechal Odílio Denys é exatamente legalista. O ministro deseja remover as causas que levaram os militares a se imiscuírem na vida política e conte-los nos limites de seus deveres profissionais (...).

O receio dos oficiais tidos como esquerdistas é o de que a pacificação não se faça exclusivamente com os preços dos seus sacrifícios o que preliminarmente serviria para lançar suspeitas e desconfianças dentro do próprio Exército.

(...) No IV Exército, além do comandante, general Ribas, outros oficiais como o coronel Newton Reis desenvolvem um trabalho de anulação do nome do marechal Lott entre a oficialidade. Quando (...) [Lott] chegou a Recife [para fazer campanha] foi exatamente o coronel Newton Reis,

²⁴¹ *Correio da Manhã*. 29 de agosto de 1961.

quem se apressou em divulgar uma nota afirmando que o Exército estava equidistante do problema da sucessão presidencial. (...).²⁴²

Sodré estava certo. Denys deu ordem de prisão a Lott e a outros oficiais que colaboraram para a divulgação do manifesto de agosto de 1961, incluindo o genro do marechal que era civil. Todos foram informados da detenção na própria residência de Lott, em Copacabana, através do coronel Barbosa. O ex-ministro, porém, recusou ser detido por um oficial de patente inferior a sua. Aguardou a presença do marechal Nilo Horácio Sucupira. Alguns jornais ressaltaram a comoção dos populares presentes na ocasião. Gritavam “Viva o Marechal da Legalidade!” e cantavam o hino nacional:

Nesta altura, vários populares se aglomeravam nas imediações do prédio, inclusive amigos do marechal Lott. Num ambiente de intensa expectativa, repórteres, policiais e curiosos aguardavam a saída do marechal.²⁴³

Nitidamente o Exército estava dividido. Aos 67 anos de idade Lott ficou preso por 30 dias em dependências do Exército, primeiro no Forte Lage, depois na Fortaleza Santa Cruz, em Niterói. Contudo, antes de ser preso o marechal entrou em contato com o governador do Rio Grande do Sul e o orientou a entrar em contato com alguns militares no Sul que apoiariam uma solução legal para crise.²⁴⁴ O coronel Alencar foi o responsável pelo pedido de *habeas-corpus* e, após a soltura, o ex-ministro não se sentiu acuado e declarou aos jornais novo apelo à manutenção da legalidade e respeito à Constituição do país:

“DECLARA TEIXEIRA LOTT: LIBERDADE CONSTITUCIONAL DEVE SER MANTIDA NO PAÍS A QUALQUER PREÇO.

Rio. (...) o marechal deu a situação do país como gravíssima. E afirmou: “Vários amigos me procuraram desde que se desencadeou a crise, causada pela inopinada renúncia do dr. Jânio Quadros, solicitando que manifestasse publicamente a minha opinião sobre a atual conjuntura. Fiz-lhes ver que, atualmente, meu ponto-de-vista tinha o mesmo valor de que o de qualquer outro cidadão.

Ponderaram também que eu tinha numerosos amigos civis e militares e, inclusive, os três milhões de brasileiros que sufragaram meu nome nas últimas eleições, e que julgaram um dever meu manifestar à Nação meu modo de pensar. É, pois, a esses amigos que eu me dirijo, não para lhes dar conselhos, mas para fazer um apelo:

‘Peço a esses amigos que, ao considerarem a conduta que cada um deverá adotar, em face da situação atual, tomem como bússola os interesses superiores da Pátria, e como roteiro os ditames da Constituição vigente, pois só assim será possível que suas ações se conjuguem no sentido de poder o Brasil vencer a gravíssima crise econômica, financeira, social e institucional

²⁴² *Última Hora*. 18 de maio de 1960.

²⁴³ *Correio da Manhã*. 20 de agosto de 1961.

²⁴⁴ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p. 230.

que o acometeu. Faz mister que cada brasileiro ponha de lado suas simpatias ou antipatias e, mesmo seus interesses, por mais legítimos que sejam, quando estes colidirem com os do povo brasileiro. Trata-se, no presente momento, de manter as instituições, a Constituição e ordem.²⁴⁵

A Campanha da Legalidade, liderada pelo governador Leonel Brizola, conseguiu acionar políticos civis, militares e, sobretudo, populares, em defesa da legalidade democrática. Apesar da articulação da oposição, Jango conseguiu tomar posse depois de uma solução negociada que implementou um “parlamentarismo híbrido” e reduziu o poder do presidente da República. Naquele momento os golpistas ainda não eram a maioria nem nos quartéis e nem na sociedade.

Às vésperas do desfecho do Golpe Civil Militar de 1964, as disputas internas nas Forças Armadas se radicalizavam. Cada vez mais setores das esquerdas entoavam palavras de ordem pelas reformas de base, com destaque para a reforma agrária, voto do analfabeto, pela ampliação dos direitos sociais e pela emancipação política e econômica do Brasil. No cenário da Guerra Fria, a Revolução Cubana de 1959 sinalizava a possibilidade de uma sociedade emancipada. A Política Externa Independente, consolidada no governo de Jânio Quadros e seguida no governo Goulart, encorajava a crítica ao subdesenvolvimento como sendo consequência da forma pela qual o Brasil estava inserido no sistema internacional.

Diante da radicalização dos projetos de nação na sociedade civil e do clima de tensão, boa parte dos oficiais militares brasileiros, principalmente os que estavam no poder, tiveram duas atitudes: ou escancararam suas posições autoritárias e direitistas ou a elas se submeteram em nome da hierarquia e da disciplina militar. Havia poucas brechas para a manifestação do nacionalismo de esquerda entre os oficiais, aqueles que ainda insistiam em publicamente declarar suas simpatias sofriam com repressões pessoais, administrativas e inquéritos. A coerção era grande e tornar-se-ia implacável após o golpe de 1964.

O nacionalismo se deslocava nos meios militares de acordo com movimento de radicalização que ocorria na sociedade como um todo. Cada vez mais os seus ideais eram defendidos pelos subalternos das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que foram sendo gradativamente abandonados por grande parte dos oficiais que temiam a indisciplina e a quebra da hierarquia. A forte repressão interna e o conservadorismo próprio do pensamento militar ajudavam no afastamento do alto oficialato das ideias nacionalistas de esquerda.

²⁴⁵ *Correio da Manhã*. 27 de setembro de 1961.

As lutas sociais que afloravam desde a década de 1950, no governo de João Goulart tomaram dimensões perturbadoras para a elite brasileira. Nesse contexto, soldados, marinheiros, cabos, sargentos, fuzileiros navais, entre outros, passaram a erguer suas vozes como categoria militar e como povo e aliavam-se aos setores mais radicais das esquerdas.

Os setores subalternos das Forças Armadas exigiam ampliações de seus direitos civis, sociais e políticos na sociedade e no interior das próprias instituições militares. Para isso, associavam-se a líderes sindicalistas, a lideranças estudantis e a políticos de esquerda. Nesse contexto, os episódios mais significativos de manifestações de subalternos militares foram: a Revolta dos Sargentos, em 1963, na cidade de Brasília, quando, na luta por direitos políticos, os sargentos declararam “Sargento também é povo” e, em 1964, às vésperas do golpe, a Revolta dos Marinheiros, no Rio de Janeiro, quando os marujos lutaram principalmente pelo reconhecimento legal da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).²⁴⁶

Durante o período em que ocupou a pasta da Guerra (1954-1959) Henrique Lott abriu as portas do Ministério da Guerra aos subalternos e deles se aproximou. Promoveu a estabilidade dos sargentos e a possibilidade de sua ascensão ao oficialato, defendeu a cidadania política dos cabos e soldados e admitiu no seu ministério militares então identificados como subversivos pelos oficiais mais conservadores. Lott conquistou grande prestígio entre graduados e praças. Em maio de 1964, às vésperas do golpe, o Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército, fundado em 1950, homenageou o ex-ministro dando o seu nome ao colégio criado para atender filhos de militares.²⁴⁷ Ao mesmo tempo, os conservadores acusavam o marechal de aproximação ao comunismo ou de ser inocente útil.

O REGIME MILITAR E O MARECHAL DA LEGALIDADE

Com a instauração da Ditadura Militar o marechal novamente se pôs em defesa da democracia e da Constituição e se posicionou contra os seus antigos adversários políticos. Mais uma vez foi publicamente

²⁴⁶ A respeito da Revolta dos Sargentos (1963) e das Revolta dos Marinheiros (1964), ver: CARLONI, Karla. “A esquerda militar no Brasil”. FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 279-308. PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. ALMEIDA, Anderson Silva. *Todo o leme a bombordo. Marinheiros e ditadura-civil militar no Brasil. Da rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. CAPITANI, Avelino B. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. RODRIGUES, Flávio Luis. *Voices do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São: Cortez, 2004.

²⁴⁷ Disponível em: http://www.csse.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=62 (Acesso: 13 de setembro de 2014).

desqualificado. Em maio de 1964, o general Artur da Costa e Silva, na qualidade de ministro da Guerra, proferindo um discurso exaltando o regime recém inaugurado, lembrou o Movimento 11 de Novembro como a “verdadeira quartelada”.²⁴⁸

Em julho do mesmo ano Lott declarou ao jornal *Correio da Manhã* sua contrariedade em relação ao ato de cassação política, formulado pelo general Costa e Silva, contra o ex-presidente Juscelino Kubitschek, então senador pelo estado de Goiás: “(...) é uma gritante injustiça que a Nação dificilmente entenderá”.²⁴⁹

No ano seguinte Lott fez novas declarações à imprensa condenando o Regime Militar. Defendeu a democracia, a soberania nacional e a política econômica nacionalista. O pronunciamento mais extremado foi publicado em 25 de abril no *Correio da Manhã*, posteriormente reproduzido na segunda edição da combativa *Revista Civilização Brasileira* como “uma síntese precisa de tudo aquilo que desejaríamos dizer”.²⁵⁰

Um ano após o golpe a primeira página do *Correio da Manhã* estampava uma foto recente do marechal com a seguinte manchete: “Lott diz que a missão das Forças Armadas é garantir as eleições”. De sua casa na cidade serrana de Teresópolis, o marechal cobrava dos militares apreço pela democracia, pela legalidade e pelos direitos políticos e civis dos brasileiros:

Só é legal o poder que emana do povo e que em seu nome é exercido; a autoridade não será legítima se não se basear nesse princípio. É por esse motivo que as ditaduras só se mantêm pela violência e pela corrupção. A mais frágil das ditaduras é, exatamente, a ditadura militar porque de um lado contribui para impopularizar as Forças Armadas e por outro as contamina com o micróbio da corrupção. (...) Para o anunciado pleito eleitoral parece-me necessário ampliar o voto de todas as camadas do povo brasileiro, estendendo esse direito aos analfabetos, tal como sustentei na campanha eleitoral de 1960. Considero também essencial reintegração de todos os cidadãos em seus direitos políticos. (...) Não devemos tolerar nenhuma restrição ao direito de votar e de ser votado por convicções políticas. (...) Entretanto estou seguro que é impossível divorciar as Forças Armadas do povo, sobretudo quando se trata da defesa das liberdades individuais e coletivas, da Constituição, da legalidade democrática e da nossa emancipação econômica. Não é compreensível falar-se em democracia sem plena liberdade de reunião, de pensamento e de imprensa, sem liberdade sindical, sem liberdade de cátedra, sem liberdade nas universidades e nas organizações estudantis.²⁵¹

²⁴⁸CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2 vl. p.524.

²⁴⁹*Correio da Manhã*. 09 de junho de 1964.

²⁵⁰*Revista Civilização Brasileira*. 03, maio 1965. v. 1, n. 2.

²⁵¹ *Correio da Manhã*, 25 de abril de 1965.

O marechal deixava clara a sua posição diante da situação política que atravessa o país e sobre aqueles que ocupavam o poder. Condenou o uso de Inquéritos Policiais Militares como instrumento de coerção e perseguição política. Durante o Regime Militar as suas manifestações públicas, coerentes com a sua trajetória enquanto oficial, homem público e cidadão, foram responsáveis por empolgar a oposição democrática que tentava resistir ao golpe.

Para a oposição ao Regime Militar o ano de 1965 indicava possibilidades na luta pelo retorno da democracia. Novas eleições para presidente e governadores estavam previstas. Nesse contexto em junho os jornais estampavam declarações do marechal em defesa de eleições diretas e da escolha de um civil para a presidência da República: “a escolha de um civil para a presidência da República é o anseio geral do povo, que está cansado de ver militares no Governo. Persistindo o processo indireto não haverá escolha e sim chancela, pois o general Costa e Silva está eleito aprioristicamente”.²⁵²

Diante da possibilidade de eleições os partidos de oposição no estado da Guanabara identificaram no marechal uma força capaz de reunir militares e civis democráticos. Lutero Vargas, do PTB, em contato com Lott conseguiu convencê-lo de sua importância política naquele momento e, portanto, de concorrer ao governo do estado representando a coligação de oposição formada pelo PTB, PSD e PSB (Partido Socialista Brasileiro). O ex-ministro da Guerra simbolizava novamente a possibilidade de união entre civis e militares nacionalistas defensores da democracia que acreditavam ser possível o enfrentamento do Regime Militar através do embate político.

Entretanto não demorou muito para o projeto da candidatura esbarrar em adversários do marechal que agora ocupavam o poder. De acordo com Lira Neto, Castello Branco, antigo rival e o primeiro presidente do regime autoritário, na época em reunião com os ministros militares, considerou que o ex-ministro da Guerra como candidato causaria graves inquietações nos quartéis. Posteriormente, em jantar com oficiais como Geisel, Golbery e Cordeiro de Farias, conclui que Lott, que havia pedido transferência de seu título eleitoral para Teresópolis, estaria enquadrado no recém criado dispositivo que exigia domicílio eleitoral no local de disputa. Aprovada a toque de caixa, a casuística e especialmente elaborada Lei de Inelegibilidades afastou definitivamente Lott como candidato daquela eleição.²⁵³

A antiga rivalidade entre Castelo e Lott era conhecida desde a época em que os dois cursaram a Escola Superior de Guerra na França. Em 1958, por ocasião das eleições do Clube Militar, Castello

²⁵² *Correio da Manhã*. 04 de junho de 1965.

²⁵³ NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 335.

publicamente alegou que “processos eleitorais condenáveis” e represarias do “Poder Militar” favoreceram a chapa apoiada pelo ministro Lott. A polêmica prosseguiu numa troca de notas secretas e mutuamente ofensivas e, por fim, custou a Castello uma repreensão por falta média que foi afixada em seus documentos militares, bem como a transferência para o comando da Amazônia após ser promovido a general-de-divisão. A partir de então Castello nutriu ódio visceral a Lott e novos conflitos se estenderiam nos anos subsequentes.²⁵⁴

Apesar do impedimento em se candidatar ao então governo da Guanabara, Lott defendeu publicamente a continuidade da luta pelo retorno da democracia:

“A candidatura ao governo do Estado da Guanabara foi uma etapa da luta pela restauração da legalidade democrática em nosso País. A negativa do Tribunal Superior Eleitoral em conceder o registro à minha candidatura encerra a etapa, mas não faz cessar a luta. Essa luta continuará até que sejam afastados os perigos que ameaçam a forma republicana de governo, a soberania e a integridade da nossa Pátria”.²⁵⁵

O ex-ministro da Guerra representava naquele momento a esperança de setores que ainda apostavam no retorno da democracia e na luta política para o seu restabelecimento. Na ocasião Juscelino Kubitschek declarou:

Achei o movimento a favor de Lott a única coisa certa que se fez até agora. Ele não pôde ser candidato, mas passou a ser um líder nacional. Faltava-nos um homem que pudesse em determinado momento, hastear a bandeira democrática. Já o temos. A impugnação da sua candidatura fortaleceu ainda mais a sua personalidade para as eventualidades do futuro.²⁵⁶

Negrão de Lima substituiu Lott na chapa do PTB para o governo da Guanabara e em declaração à imprensa igualmente confirmou Lott como bastião militar da oposição em defesa democracia e da legalidade:

prestou mais um grande serviço à nação brasileira, pugnando pela replantação plena das liberdades democráticas e das franquias constitucionais. (...) se projetou no plano nacional num instante em que tantos brasileiros aguardavam um pronunciamento incisivo sobre a situação política no nosso país.²⁵⁷

²⁵⁴ *Idem*. pp. 184-186.

²⁵⁵ *Correio da Manhã*. 07 de setembro de 1965.

²⁵⁶ *Correio da Manhã*. 07 de setembro de 1965.

²⁵⁷ *Correio da Manhã*. 07 de setembro de 1965.

Apesar da sua idade avançada e do afastamento da vida política, encerrada definitivamente em 1965, Lott ainda era visto como uma ameaça pelos chefes do Regime Militar e suas declarações em defesa da democracia tinham importante significado para os golpistas e para a oposição ao regime.

Em outubro de 1966, Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara e antigo rival de Henrique Lott, articulou a Frente Ampla, um movimento em defesa da restauração do regime democrático que contou com o importante apoio de João Goulart e Juscelino Kubitschek – ambos no exílio. O primeiro manifesto do movimento publicado na *Tribuna da Imprensa* e assinado por Lacerda pregava eleições livres e diretas, reforma partidária e institucional, retomada do desenvolvimento econômico e política externa soberana.²⁵⁸ A Frente Ampla teve apoio do marechal que, juntamente com os ex-presidentes JK e Jango, afirmava a necessidade do movimento representar o pensamento predominante nos setores políticos tradicionais de luta contra um inimigo comum para evitar que se torna-se instrumento de interesses pessoais.²⁵⁹

Um episódio em 1967 ajuda a compreender a dimensão negativa que a imagem de Henrique Lott como defensor da legalidade democrática ainda tinha entre os militares do golpe. Em janeiro daquele ano alunos oficiais da turma de aspirantes do Exército de 1921 comemoraram a passagem do 46º ano de formatura. A turma de 1921 compunha uma importante amostra da presença dos militares na política nacional. O grupo era famoso pelos nomes que o integravam: dois ex-presidentes, marechais Castelo Branco e Costa e Silva; 5 ministros da Guerra; 8 senadores; 12 deputados federais; 4 ministros de pastas civis e vários governadores. Contudo, o *Correio da Manhã* ao noticiar o almoço de confraternização que ocorreu no Clube Militar afirmou que a única nota a destacar do banquete foi “a ojeriza dedicada pelos oficiais da ‘turma de 21’ ao Marechal Henrique Teixeira Lott”. Na ocasião o marechal Nilo Augusto Guerreiro Lima declarou à imprensa: “Falar de Lott neste meio é falar em pornografia meu filho, e pode publicar que fui eu quem disse isso”.²⁶⁰

O ano de 1968 foi marcado pelo auge da contestação política e dos costumes no Ocidente e pela intensificação dos protestos contra a ditadura no Brasil, principalmente por parte dos estudantes que no mês de junho organizaram a Passeata dos Cem Mil. Uma das últimas declarações de Lott aos jornalistas

²⁵⁸ LAMARÃO, Sérgio. “Articulação da oposição: a Frente Ampla”. In: FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Dossiê Jango*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2004. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao Acesso: 14/09/2014

²⁵⁹ *Correio da Manhã*. 13 de setembro de 1966.

²⁶⁰ *Correio da Manhã*. 19 de janeiro de 1967.

se deu em 06 de setembro do mesmo ano durante uma homenagem prestada a ele na Associação Brasileira de Imprensa por ocasião do lançamento do livro *Como não se faz um presidente* de Milton Senna. O evento era sobretudo um ato político. O livro defendia a tese de que se Lott tivesse sido eleito em 1960 não teria ocorrido o golpe e a democracia brasileira teria sido resguardada.

Destacados políticos identificados com a oposição ao regime compareceram ao evento, como os deputados Tancredo Neves e Márcio Moreira Alves. Esse último, dias antes, havia pronunciado importante discurso na Câmara protestando contra a invasão da Universidade de Brasília pelos militares sugerindo “boicote do militarismo” e convocando a população a não participar das comemorações do 7 de setembro. Entre os presentes também estavam os deputados cassados Doutel de Andrade e José Gomes Talarico.

O pronunciamento do marechal Lott durante o evento foi publicado no dia da independência nacional. O momento era de grande tensão entre os chefes militares e a oposição. Lott declarou confiar que as Forças Armadas iriam reencontrar a sua verdadeira vocação democrática e, portanto, restabelecer o poder civil e a redemocratização do país. Defendeu também o fim das discórdias e a pacificação através da anistia. Em relação ao movimento estudantil declarou em sua defesa:

reafirmo agora que a liberdade de opinião política, a liberdade de criação artística e literária, a liberdade de cátedra e o direito que a mocidade tem – e deve ter – de manifestar as suas idéias e exprimir as suas aspirações, devem não ser apenas respeitados pelas autoridades, mas protegidos por elas, de acordo com os preceitos da Constituição e os princípios fundamentais da democracia.²⁶¹

Dois meses depois seria decretado o Ato Institucional número 5.

UMA FAMÍLIA CONTRA O REGIME MILITAR

Nos anos de 1970 o marechal Henrique Lott, embora já afastado da vida pública, foi vítima de um duro golpe de seus antigos adversários e sua reação contrastou com a trajetória de defesa dos direitos democráticos e da Constituição.

No início da década um dos seus netos, Nelson Luiz Lott de Moraes Costa, segundo filho da ex-deputada Edna Lott, se engajou na luta armada contra o regime. O jovem conhecia bem os seus

²⁶¹ *Correio da Manhã*. 07 de setembro de 1968.

adversários. Quando menino, havia estudado no Colégio Militar e na Escola Preparatória de Cadetes e, após decepções e divergências, desistiu da carreira militar. Em 1966 ingressou na faculdade de História da Universidade Federal Fluminense entrando posteriormente para a Ação Libertadora Nacional (ALN), dissidência do PCB, cujo líder era Carlos Marighela. Sua ação no grupo era de ordem prática, “não perdia tempo com política”, era nas ruas que atuava de forma audaciosa:

Assim que entrou na ALN, deixou clara a sua posição: não era político, não iria fazer discursos nem distribuir panfletos. Logo se ofereceu para agir na parte mais perigosa da operação, o grupo tático de ação armada (GTA). (...) Nelson tomou parte em quinze assaltos a bancos, cinco a quartéis, vários a guardas-noturnos e postos de sentinelas da polícia; realizou transporte de armas e de pessoas; organizou treinamento de guerrilha e deu orientação de tiro aos companheiros (...) Também roubava carros para as ações. Tornou-se um especialista. Em um só ano ‘expropriou’ 55 automóveis.²⁶²

Como muitos jovens que se engajaram na luta armada, Nelson teve o mesmo destino infeliz: após ser delatado por um companheiro que já se encontrava detido, foi preso, aos 20 anos de idade, e permaneceu aproximadamente 4 anos nas dependências das Forças Armadas, sofrendo sistematicamente torturas e restrições, como confidenciou por escrito ao jornalista Wagner William:

Você é inteligente. Na agitação da pancadaria não há tempo para raciocínio, então você passa a negar: ‘não sei’, ‘não vi’, ‘não conheço’, ‘não me lembro’, ‘eu não’. Nega-se sempre, cada vez com maior veemência. Trazem uma testemunha, um companheiro preso anteriormente e visivelmente abatido e destroçado. O rosto é uma grande mancha negra na qual tentam esconder-se os olhos assustados, baixos ou alertas. Hematomas, arranhões, cabelos desgrenhados, dentes quebrados, andar trôpego, voz pastosa de boca inchada, tudo grita sofrimento. Meio temeroso, meio súplice, mas sempre numa voz incerta o companheiro te reconhece, te acusa, diz que é bobagem resistir. O aspecto e o comportamento dele parecem comprovar as suas palavras. Está destruído e derrotado, ele que sempre fora tão forte, tão valente. Deve ter demorado muito a ceder, pois está um verdadeiro trapo humano.²⁶³

Neste período sua mãe destacou-se por denunciar entre os militares as torturas infligidas ao filho e a outros presos na mesma condição. A qualidade de figura política e filha de militar e seus conhecimentos pessoais nas Forças Armadas facilitavam o trânsito entre os oficiais. Edna era discreta, não chamava a atenção da imprensa, atuava nos bastidores, mas a sua postura denunciatória contrariava os comandos militares.²⁶⁴

²⁶² WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Teixeira Lott*. RJ/SP: Record, 2005. p.416.

²⁶³ *Idem*. p.423.

²⁶⁴ Depoimento de Nelson Lott dado a autora em abril de 2010. Sobre Edna Lott, ver: CARLONI, Karla. “Edna Lott”. In: ABREU, A.A.de. PAULA, C.J.de. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. RJ: FGV/CPDOC, 2014; WILLIAM, Wagner. *Op.cit.*

Edna Lott foi assassinada em 10 de junho de 1971 na cidade de Lambari (MG), onde possuía casa de veraneio, por Eduardo Fernandes da Silva, filho de um oficial da Marinha que prestava serviço de motorista e secretário para a ex-deputada. Eduardo já havia sido processado cinco vezes por lesão corporal; duas vezes por contravenção no “jogo do bicho”; uma vez por tentativa de homicídio; uma vez por apropriação indébita; uma vez por estelionato; e uma vez por realizar apostas de cavalos fora do recinto permitido. Além destas acusações, em março de 1962, foi indiciado por participar de um golpe que desfalcou o Banco da Província do Rio Grande do Sul.²⁶⁵

Na época a polícia e a imprensa levantaram a possibilidade de crime passional. Edna era viúva e tinha amizade de longa data com Eduardo. Porém, a extensa ligação pessoal de Eduardo com militares, a forma pela qual se deu o assassinato, a falta de motivos concretos e o relaxamento da pena imposta ao criminoso apontam para a possibilidade de ser outra a natureza do crime.

Diante destes e outros indícios, parentes e companheiros de política da ex-deputada levantam a hipótese de crime político. Edna, ex-deputada estadual pelo PTB e MDB e filha do marechal nacionalista Henrique Teixeira Lott, teria sido assassinada por denunciar entre os militares a tortura e cobrar o seu fim.²⁶⁶

Perante os destinos de seu neto e de sua filha, o marechal, embora em luto, não fez intervenções. Henrique Teixeira Lott se manteve distante. Ciente da tortura de Nelson, não atendeu aos pedidos de Edna, não fez declarações à imprensa, não acionou antigos contatos. Sabia que o neto, que carregava seu sobrenome, sofria nas mãos de antigos inimigos. Mas o silêncio foi total.

Parte da sociedade respondeu àquele momento construindo o boato que se transformou em memória presente ainda hoje: Lott teria vestido novamente a sua farda, ido ao quartel onde o neto estava sendo torturado e eliminado o seu algoz, em nome da honra da família e da pátria.

Na família Lott, criou-se aquilo que Giovanni Contini denominou de “memória dividida”:²⁶⁷ Uns tendem a exaltar a memória do antigo chefe militar contemporizando a sua atitude em relação ao neto e, outros, tocados diretamente pela dramática história de Nelson, guardam profundas mágoas.

²⁶⁵ Ver: WILLIAM, Wagner. *Op.cit.*

²⁶⁶ Ver: WILLIAM, Wagner. *Op.cit.*

²⁶⁷ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.105.

A luta do marechal da legalidade cessou em um dos momentos mais dramáticos da relação entre civis e militares na história recente do Brasil. O poder estava ocupado pela chamada “linha dura”, o Ato Institucional número 5 vigorava e Lott não reconhecia mais o seu Exército e nem por ele era reconhecido. Antigos aliados tinham sido colocados na Reserva, expulsos ou se submetido à hierarquia, outros tantos estavam na clandestinidade. Seu neto fizera uma escolha consciente e pessoal. Essa não era mais a sua luta. Talvez, para Lott, a sua intervenção pudesse piorar a condição de Nelson, já que era ainda grande a animosidade alimentada em torno de seu nome.

De qualquer forma, nas prisões pelas quais Nelson passou, uma coisa ele deve ao avô: o zelo dos sargentos. Este segmento militar ainda guardava respeito e afeição pelo ex-ministro, que concedera estabilidade e abrira as portas do Ministério da Guerra. O coronel da reserva Kardec Lemme, que também esteve preso na época, familiares e o próprio Nelson afirmam: os sargentos tiveram importante papel em sua sobrevivência.²⁶⁸

FUNERAL DA DEMOCRACIA

Nem a cerimônia fúnebre do ex-ministro de JK, em 20 de maio de 1984, foi poupada de retaliações. Já com 89 anos, Lott foi vítima de dois enfartes e morreu na noite do dia 19, um sábado, por conta de um edema pulmonar. Na ocasião, a família solicitou formalmente ao Ministério da Guerra as devidas honras militares para o oficial que ocupou por 5 anos a pasta do Ministério da Guerra. O pedido foi recusado pelos chefes militares.

O enterro foi no dia 20, no Cemitério do Caju, onde há um jazigo perpétuo da família e no qual os filhos depositaram uma coroa de flores com os dizeres: “Ao papito querido, nossas saudades”. Contou com cerca de 200 pessoas e foi discreto o número de militares. Apenas uma coroa de flores foi enviada pelo I Exército. O general Teodomiro Serra Filho comandava uma pequena comissão do governo. Havia também delegações do Clube dos Sub Tenentes e Sargentos, da Casa dos Marinheiros e do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade.²⁶⁹ Na ocasião, Dona Antonieta, viúva do marechal, recusou a bandeira nacional entregue pelo general Theodomiro.²⁷⁰

²⁶⁸ Depoimentos prestados a autora.

²⁶⁹ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984; *O Globo*. 21 de maio de 1984.

²⁷⁰ WILLIAM, Wagner. *Op.cit.* p.492.

Compareceram também ao enterro importantes figuras políticas, algumas identificadas pela luta contra o Regime Militar: o governador Leonel Brizola; o advogado Sobral Pinto; o secretário da Justiça do Rio, Vivaldo Barbosa; o ex-secretário do presidente Figueiredo, general Paiva Chaves; o líder do PDT na Assembleia Legislativa, José Talarico; o ex-senador Benjamim Farah; o general Menescal Conde; o general Crizanto Figueira; o brigadeiro Anísio Botelho; o general Sisson (assistente no Ministério da Guerra em 1959); o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar; o deputado Eduardo Chuahy; e o deputado Carlos Fayal.²⁷¹ Talarico fez uma breve saudação ao “soldado da legalidade” cobrando o respeito das Forças Armadas à democracia:

Soldado da legalidade, defensor da Constituição, cultor da ordem democrática. Os que o acompanharam em novembro de 1955, os companheiros leais de 1960, os que pugnaram pelo seu impoluto nome em 1965, aqui estão nesta última caminhada. Que os seus ideais, que foram antes os de Caxias, sejam exemplo para as nossas Forças Armadas: respeito à vontade soberana do povo, respeito a uma Constituição legítima e à ordem democrática. Marechal Lott, o louvor pela digna e honrada vida, exemplo para a nossa sacrificada Pátria.²⁷²

Brizola, amigo do ex-ministro da Guerra, declarou à imprensa que Lott foi a primeira pessoa a ser procurada por ele quando voltou do exílio. O governador discursou também lembrando o caráter legalista do marechal:

Lott tinha um amor infinito pelo país e era de uma incrível pureza profissional (...). Sabia o papel que um militar deve desempenhar e sempre foi um defensor das liberdades do cidadão civil. Ele me dizia que a nação é civil, deve ser governada pelo poder civil. O marechal foi uma das figuras exemplares da vida político-militar do país. Hoje é um dia de tristeza nacional.²⁷³

Por conta da recusa em prestar as devidas honras militares, alguns órgãos da imprensa noticiaram o desrespeito do Exército à memória do marechal e à sua família e debates acalorados ocorreram na sessão do Senado do dia 21. O líder do PMDB, senador Humberto Lucena, chegou a apresentar um requerimento para que fosse realizada uma sessão especial do Senado em homenagem ao marechal, pedido que, segundo a imprensa da época, foi aprovado. O senador Fábio Lucena, também do PMDB, lembrou que no dia 2 de maio de 1981 havia sido sepultado com honras militares o sargento Guilherme Pereira do Rosário, morto no atentado a bomba do Rio Centro: “teve o seu caixão conduzido ao cemitério, inclusive, pelo general Gentil Marcondes Filho, na época comandante do I Exército, quando havia dois dias que havia participado do atentado a bomba no Riocentro!”. Já o senador Virgílio Távora, do PDS rebateu, afirmando que “o

²⁷¹ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984; *O Globo*. 21 de maio de 1984; *Jornal do Brasil*. 21 de maio de 1984.

²⁷² *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984.

²⁷³ *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984.

sargento estava no cumprimento de seu dever e, nestes casos, os regulamentos estabelecem sepultamentos com honras militares”.²⁷⁴

No mesmo dia 21, o Centro de Comunicação Social do Exército emitiu uma nota oficial tentando esclarecer os motivos de não terem sido prestadas maiores honras militares ao ex-ministro.²⁷⁵ Segundo o documento, Lott recebeu “as honras fúnebres ao que o extinto tinha direito” já que ao seu sepultamento estava presente “uma comitiva de militares da ativa, integrada por um general-de-brigada, dois tenentes-coronéis, um tenente e um soldado-clarim, além de seis soldados destinados a conduzir o ataúde, coberto com a bandeira nacional”. A nota diz ainda que a homenagem póstuma foi prestada de acordo com o artigo 127 do Regulamento de Continências, que prevê “as honras fúnebres a militares da reserva ou reformados, constam de comissões previamente designadas por autoridade competente”, e que homenagem idêntica foi prestada a outros oficiais gerais da reserva, como os generais do Exército: Sizen Sarmento, Gentil Marcondes Filho e Enardo d’Avila Melo.²⁷⁶

A *Folha de S.Paulo* publicou a nota do Centro de Comunicação do Exército, porém, questionou-a. O jornal alegou que, se o artigo 127 foi seguido, contudo, cabia à Presidência da República, na época ocupada pelo general João Figueiredo, decidir, através de decreto, as honras a serem prestadas. A *Folha de S.Paulo* citou o caso do também ex-ministro do Exército, general Orlando Geisel, que, ao ser sepultado, recebeu por decreto todas as honras a que tinha direito, e, portanto, “por coerência, o ex-ministro da Guerra, marechal Lott, também deveria tê-la recebido”. No artigo também é citado o caso do oficial da Reserva, o general Adalberto Pereira dos Santos, que igualmente havia recebido honras militares por decreto da Presidência. Na época, este general, como os três generais citados na nota do Centro de Comunicação do Exército, era militar reformado e o *Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar* das Forças Armadas, segundo a *Folha de S.Paulo*, não estabelece que ex-vice-presidentes recebam tais honras. Assim, o jornal acusa que “as posições políticas defendidas pelo marechal Lott, segundo informações obtidas na área, foram responsáveis pelo o seu singelo enterro”.²⁷⁷

Apesar do debate gerado, pouco foi noticiado na imprensa a respeito do falecimento do marechal. O *Jornal do Brasil* foi o órgão que mais deu destaque ao acontecimento. A notícia da morte e uma pequena biografia, além de fotos, ocuparam a primeira página inteira do jornal. A *Folha de S.Paulo*, apesar de ter criticado o posicionamento do Exército em relação à cerimônia fúnebre, deu pouco destaque à reportagem

²⁷⁴ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984.

²⁷⁵ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984.

²⁷⁶ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984.

²⁷⁷ *Folha de S.Paulo*. 22 de maio de 1984. p.07.

que noticiou a morte do oficial. Não tinha fotos e estava na parte inferior da página 4. A primeira página do mesmo fascículo trazia em destaque: “Na despedida em Brasília, Figueiredo beija a mão do general Medeiros”, o general Otávio Medeiros era chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e Figueiredo havia partido em viagem para o Japão e para a China; “Corinthians sem garra e nem milagre”, comentando a participação do time na Copa Brasil. Já a *Revista Veja* limitou-se a uma pequena nota na seção *Datas*, no final da revista.²⁷⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história republicana e a sua intrínseca relação com os militares ganham novas dimensões e nuances quando tendo como fio condutor a vida profissional e política do marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott. Nascido no final do século XIX, o marechal construiu a sua carreira concomitantemente ao fortalecimento e à consolidação do Exército como força nacional decisiva na direção do Estado. Da instituição fragmentada na Primeira República, passando pelo fortalecimento sem precedentes durante o Estado Novo, até o grande grau de autonomia durante o Regime Militar, a carreira de Lott foi testemunha ocular, expressiva e reveladora das transformações ocorridas no Exército como organização e na sua relação com a política nacional. As múltiplas facetas desta relação, as nuances e as contradições ficam mais nítidas através de um indivíduo que teve que fazer escolhas e se posicionar diante de importantes questões que se apresentaram às Forças Armadas brasileiras ao longo do século XX.

A atuação política do marechal Lott ajuda a compreender o Exército brasileiro como um corpo que, apesar de estar fortemente submetido a disciplina e a hierarquia, era marcado por fissuras e abrigava em si uma identidade bastante adversa dos chefes militares de 1964. O que pode ser identificado com esquerda militar, considerando todas as suas nuances, foi para os setores mais conservadores das Forças Armadas grande motivador para o desfecho do golpe. O sentimento de autodefesa é latente nas memórias dos golpistas e Lott, tal como outros oficiais identificados com a legalidade democrática, representava o perigo que deveria ser combatido.²⁷⁹

Com o Movimento de 11 de Novembro de 1955, o ex-ministro passou a reunir poder simbólico e carisma. A defesa da legalidade e da Constituição fez dele importante símbolo das esquerdas

²⁷⁸ *Jornal do Brasil*. 20 de maio de 1984; *Folha de S.Paulo*. 21 de maio de 1984; *Revista Veja*. 30 de maio de 1987.

²⁷⁹ MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *História oral do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

nacionalistas. Seu ministério serviu para aglutinar, sob uma mesma bandeira, civis e militares das esquerdas defensores de medidas identificadas como nacionalistas.

A defesa da democracia na crise de da Legalidade em 1961, a tentativa de concorrer ao governo da Guanabara em 1965 representando a oposição ao regime e as muitas declarações à imprensa condenando a presença dos militares do poder faz de Lott importante representante daqueles militares que resistiram ao golpe e ao regime. Muitos foram cassados, presos e torturados e um número significativo, principalmente de sargentos e praças, optou pela luta armada. Para todos o marechal da legalidade se constituiu em importante mito nacionalista e democrático.

Ao mesmo tempo em que a trajetória política de Lott pode ser considerada síntese entre o nacionalismo militar e as esquerdas, também foi símbolo do fracasso dessa aliança. O resultado das eleições de 1960, a prisão em 1961 e o posterior isolamento político durante o Regime Militar são infelizes episódios que exprimem a derrota de um projeto político. O fracasso significou repressão, silenciamento e esquecimento. A esquerda militar foi um dos grupos mais perseguidos do Regime Militar. Deslocados para a Reserva, cassados, presos ou clandestinos, esses foram os destinos da maioria desses militares.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Anderson Silva. *Todo o leme a bombordo. Marinheiros e ditadura-civil militar no Brasil. Da rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 18ª Ed.
- CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2 vl.
- CAPITANI, Avelino B. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CARLONI, Karla. "A esquerda militar no Brasil". FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. (org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. "Edna Lott". In: ABREU, A.A.de. PAULA, C.J.de. *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. RJ: FGV/CPDOC, 2014.
- _____. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2012.
- _____. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Uma biografia política*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2014.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância. Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: UNESP, 2014.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- LAMARÃO, Sérgio. "Articulação da oposição: a Frente Ampla". In: FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Dossiê Jango*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2004.

Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Exilio/Articulacao_da_oposicao Acesso: 14/09/2014

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994.

MOTTA, Aricildes de Moraes. (coord.). *História oral do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 335.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, Flávio Luis. *Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São: Cortez, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Teixeira Lott*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.